



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro
 São Luís-MA, CEP 65020-070
 (98) 2109-1000 - <http://huufma.ebserh.gov.br>

Projeto Básico - SEI

Processo nº 23523.024597/2021-17

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Seguro Total, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, para os prédios, equipamentos, veículos e consultórios itinerantes do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – Filial EBSEERH, pelo período de 12 meses, conforme quantidades, especificações, obrigações e características mencionadas neste Projeto Básico, fundamentado na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A pretendida contratação justifica-se como medida preventiva contra danos em potencial que eventualmente possam ocorrer ao Patrimônio da Instituição, considerando-se os riscos a bens móveis, imóveis e a terceiros.

2.2. Os itens deverão ser agrupados em GRUPOS, sendo GRUPO 01: Veículos da Frota Oficial do HUUFMA (ITENS: 01 A 16); GRUPO 02: - Consultórios Itinerantes (ITENS: 17 E 18) e ITEM 19: - Seguro Predial e de Equipamentos, a fim de permitir a praticidade no gerenciamento de cada seguro específico.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Trata-se de serviço comum, não continuado. A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços objeto deste Projeto Básico encontra amparo legal na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEERH.

3.2. Os serviços ora referenciados enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no § 1º do Art. 2º do Decreto nº 5.450/2005, haja vista os padrões de desempenho e qualidade, e todas as características gerais e específicas de sua prestação, em que são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico.

3.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

4.2. A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços objeto deste Projeto encontra amparo legal na Lei n.º 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

5. TIPO E FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.1. A Contratada deverá prestar serviços de acordo com as necessidades estabelecidas neste Projeto Básico, observado o limite máximo do quantitativo de serviços, a serem disponibilizados, conforme estabelecido abaixo:

GRUPO 01 – VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DO HUUFMA

ÍTEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA DOS VEÍCULOS	UND	QUANT	VALOR UNIT
1	22764	LOGAN EXP – PLACA NHN-0805 – MARCA RENAULT, ANO FAB/2008, ANO	UNID	1	

		MODELO/2008, 4 PORTAS, ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA – SEGURO TOTAL. CHASSI: 93YL8R1TH8J034436			
2	22764	DOBLO/FRUGÃO – PLACA NHS-8491 – MARCA FIAT, FAB/2008, MODELO/DUBLO/CARZGO/FLEX/2009, COR BRANCA 4 PORTA, ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA – SEGURO TOTAL. CHASSI: 9BD22315592014675	UNID	1	
3	22764	JUMPER M33M 238 – PLACA OMW-3502 – MARCA/MOD. CITROEN/JUMPER M33M 238, ANO FAB/2013, ANO MODELO -2013, 3 PORTAS, COR BRANCA, DIESEL, COR BRANCA – SEGURO TOTAL. CHASSI: 935ZBWMMBD2110854	UNID	1	
4	22764	JUMPER GREENCAR AMBULÂNCIA 10 – PLACA OJE-3713 – MARCA/MOD. CITROEN/J GREENCAR AM10, ANO FAB/2012, ANO MODELO -2013, 3 PORTAS, COR BRANCA, DIESEL, COR BRANCA – SEGURO TOTAL. CHASSI: 935ZCWMNCD2103093 OBS: AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO DE PACIENTES.	UNID	1	
5	22764	LOGAN EXP 16 HP – PLACA OJG-9748, MARCA/MOD.RENAULT/LOGAN EXP 16 HP, ANO FAB/2013, ANO MODELO-2013, 4 PORTAS, COR BRANCA,ALCOOL/GASOLINA–, COR BRANCA - SEGURO TOTAL.CHASSI: 93YLSR76HDJ757400	UNID	1	
6	22764	CORSA CLASSIC LS – PLACA OJB-7922 – MARCA/MOD.CHEVROLET/CLASSIC LS, ANO FAB/2013, ANO MODELO2013, 4 PORTAS, COR PRATA, ALCOOL/GASOLINA, CORCINZA – SEGURO TOTAL.CHASSI: 9BGSU19F0DB262972	UNID	1	
7	22764	PALIO WEEK ELX FLEX – PLACA NHB-9551 – MARCA/MOD.FIAT WEEK ELX FLEX, ANO FAB/2006, ANO MODELO -2007,4 PORTAS, COR BRANCA, ALCOOL/GASOLINA, CORBRANCA – SEGURO TOTAL.CHASSI: 9BD17301A74196208	UNID	1	
8	22764	PALIO WEEK ELX FLEX – PLACA NHB-9511 -MARCA/MOD. FIAT/PALIO WEEK ELX FLEX, ANOFAB/2006, ANO MODELO/2007, 4 PORTAS, COR BRANCA,ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA – SEGURO TOTAL.CHASSI: 9BD17301A74196213	UNID	1	
9	22764	L-200 TRITON GL D – PLACA PSK-6699 –MARCA/MOD.MITSUBISHI/L200 TRITON GL D, ANO DE FAB.2015, ANO MODELO 2016, 4 PORTAS, ÓLEO DIESEL, CORBRANCA, SEGURO TOTAL.CHASSI: 93XLNKB8TGCF20055	UNID	1	
10	22764	XTERRA 2.8 SE – PLACA HPP-9527 – MARCA/MOD.NISSAN/XTERRA 2.8 SE, ANO FAB/2003, ANO/MODELO2004, 4 PORTAS, ÓLEO DIESEL, COR PRATA, SEGUROTOTAL.CHASSI: 94DTMND224J423403	UNID	1	
11	22764	REXTON – PLACA NMP-5916 – MARCA -SSANGYONG/UTILITARIO/JIPE/ REXTON RX270 – ANOFAB/2008, ANO MODELO /2009, 4 PORTAS, COR PRETA,DIESEL, COR PRETA – SEGURO TOTALCHASSI: KPTGOB1FS9P272958	UNID	1	
12	22764	CAR/CAMINHÃO/PR.P.CONT. – PLACA JJU-1787MARCA/MOD. VW/24.250E WORKER 6X2 – ANO FAB/ 2011,ANO MODELO -2012, 3 PORTAS, COR AMARELA, DIESEL –SEGURO TOTALCHASSI: 9533N82T2CR236682OBS: PARA TRANSPORTE DOS CONSULTÓTIOSITINERANTES (LOTE 03)	UNID	1	

13	22764	DOBLO – PLACA PSN-5287 – MARCA/MOD. FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8 FIAT, ANO/FAB/2016, ANO/MOD.2016, 4 PORTAS, ALCOOL/ GASOLINA, COR BRANCA – SEGURO TOTAL. CHASSI: 9BD119605G1135951	UNID	1	
14	22764	GOL – PLACA PQF-6363 – MARCA/MOD. VW/GOL 1.6LMB5, ANO/FAB/2019, ANO/MOD/2019, 4 PORTAS,ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA – SEGURO TOTALCHASSI: 9BWAB45U6KT115999	UNID	1	
15	22764	DUCATO – PLACA NMR-5265 – MARCA/MOD.FIAT/DUCATO M SITNEI MED, ANO/FAB/2009,ANO/MOD/2009, 3 PORTAS, DIESEL, COR BRANCA –SEGURO TOTALCHASSI: 93W245H3392040772	UNID	1	
16	22764	RANGER – PLACA NNF-9646 – MARCA/MOD.FORD/RANGER XLT 13P, ANO/FAB/2010, ANO/MOD/2011, 4PORTAS, DIESEL, COR BRANCA – SEGURO TOTALCHASSI: 8AFER13P3BJ356104	UNID	1	
		TOTAL			

GRUPO 02 – CONSULTÓRIOS ITINERANTES

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
17	13943	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	UNID	1		
18	13943	CONSULTÓRIO OFTALMOLÓGICO	UNID	2		
		TOTAL				

ITEM 19 – SEGURO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS

ITEM	CODIGO	ESPECIFICAÇÃO – CÓDIGO CATSERV = 001394-3	UND	QUANT.	V. TOTAL
19	13943	CONTRATAÇÃO DE SEGURO PREDIAL PARA OS ENDEREÇOS ABAIXO:	UN	1	
		A) UNIDADE PRESIDENTE DUTRA			
		INCÊNDIO, RAIO, EXPLOSÃO – ESTRUTURA - R\$ 37.989.108,00 / CONTEÚDO: R\$ 18.000.000,00			
		RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 10.000,00 DANOS ELÉTRICOS – 3.000.000,00			
		RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – 300.000,00 RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 50.000,00			
		END.: RUA BARÃO DE ITAPARY 227, CENTRO, CEP 65.020.070, SÃO LUÍS- MA			

B) UNIDADE MATERNO INFANTIL

INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOÇÃO – ESTRUTURA - R\$ 25.710.390,00 / CONTEÚDO: R\$ 12.000.000,00

RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 10.000,00 DANOS ELÉTRICOS – 2.000.000,00

RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – 200.000,00 RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 50.000,00

END.: RUA SILVA JARDIM , nº. 215, CENTRO, CEP 65.020.560, SÃO LUÍS- MA

C) ANEXO – CENTRO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS RENAIAS

INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOÇÃO – ESTRUTURA - R\$ 1.481.778,00 / CONTEÚDO: R\$ 200.000,00

RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 0,00 DANOS ELÉTRICOS – 200.000,00

RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – 20.000,00

RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 0,00

END.: RUA DOS PRAZERES 42, CENTRO, CEP 65020-460, SÃO LUIS - MA

D) ANEXO – CENTRO DE PESQUISA CLÍNICA

INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOÇÃO – ESTRUTURA - R\$ 1.264.500,00 / CONTEÚDO: R\$ 300.000,00

RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 0,00 DANOS ELÉTRICOS – 300.000,00

RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – 20.000,00 RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 0,00

END.: RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, 01, CENTRO, CEP.: 65020-600, SÃO LUIS - MA

E) ANEXO – AMBULATÓRIO DE UROLOGIA/COLETA LABORATORIAL

INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOÇÃO – ESTRUTURA - R\$ 1.279.548,00 / CONTEÚDO: R\$ 450.000,00

RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 0,00 DANOS ELÉTRICOS – 300.000,00

RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – 20.000,00 RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 0,00

END.: TRAVESSA DO CURRUPIRA, 47 CENTRO, CEP 65020-460, SÃO LUIS - MA

F) ANEXO – AMBULATÓRIO DE PNEUMOLOGIA

INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOÇÃO – ESTRUTURA - R\$ 406.566,00 / CONTEÚDO: R\$ 60.000,00

RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 0,00 DANOS ELÉTRICOS – 20.000,00

RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – 20.000,00 RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 0,00

END.: RUA BARÃO DE ITAPARY 282, CENTRO, CEP.: 65020-070, SÃO LUIS - MA

G) ANEXO – CENTRO OFTALMOLOGICO

INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOÇÃO – ESTRUTURA - R\$ 1.408.482,00 / CONTEÚDO: R\$ 350.000,00

RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 0,00 DANOS ELÉTRICOS – 50.000,00

RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – 20.000,00 RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 0,00

END.: RUA DOS PRAZERES, 93 – CENTRO, CEP.: 65020-460, SÃO LUIS

- MA

H) ANEXO – AMBULATÓRIO DE DERMATOLOGIA / OBESIDADE

INCENDIO, RAIOS, EXPLOÇÃO – ESTRUTURA - R\$ 768.996,00 / CONTEÚDO: R\$ 60.000,00

RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 0,00 DANOS ELÉTRICOS – 20.000,00

RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – 20.000,00 RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 0,00

END.: RUA DAS HORTAS , 114, CENTRO, CEP.: 65020-270, SÃO LUIS - MA

I) ANEXO – ARQUIVO MÉDICO

INCENDIO, RAI0, EXPLOSÃO – ESTRUTURA - R\$ 504.450,00 / CONTEÚDO: R\$ 10.000,00

RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 5.000,00 DANOS ELÉTRICOS – 10.000,00

RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – 20.000,00 RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 0,00

END.: AV, GOVERNADOR LUIS ROCHA, 988, BAIRRO CAMBOA CEP.: 65035-270, SÃO LUIS - MA

J) ANEXO – BANCO DE TUMORES

INCENDIO, RAI0, EXPLOSÃO – ESTRUTURA - R\$ 349.740,00 / CONTEÚDO: R\$ 350.000,00

RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 0,00 DANOS ELÉTRICOS – 300.000,00

RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – 20.000,00 RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 0,00

END.: RUA COELHO NETO, 311, CENTRO, CEP.: 65020.140, SÃO LUIS

- MA

K) ANEXO – AMBULATÓRIO GERAL

INCÊNDIO, RAI0, EXPLOSÃO – ESTRUTURA - R\$ 1.279.548,00 / CONTEÚDO: R\$ 450.000,00

RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 0,00 DANOS ELÉTRICOS – 300.000,00

RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – 20.000,00 RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 0,00

END.: RUA. DAS HORTAS, 120, BAIRRO CENTRO, CEP 65020-270, SÃO LUIS - MA

L) ANEXO – INSTITUTO DO FÍGADO

		INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOSÃO – ESTRUTURA - R\$ 2.373.160,00 / CONTEÚDO: R\$ 60.000,00			
		RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 0,00 DANOS ELÉTRICOS – R\$ 30.000,00			
		RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – R\$ 20.000,00 RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – 0,00			
		END.: RUA DAS HORTAS, Nº. 239 - CENTRO, CEP 65020-270 - SÃO LUIS			
		- MA			
		RESP. CIVIL – ESTACIONAMENTO – R\$ 100.000,00			
		M) CONSOLIDADO			
		INCENDIO, RAIOS, EXPLOSÃO – ESTRUTURA - R\$ 74.816.266,00 / CONTEÚDO: R\$ 32.290.000,00			
		RECOMPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS – R\$ 25.000,00 DANOS ELÉTRICOS – R\$ 6.530.000,00			
		RESP. CIVIL – DANO CORPORAL – R\$ 700.000,00			
		TOTAL			

a) As coberturas contratadas devem estar indicadas expressamente na apólice de seguro, envolvendo responsabilidade civil, incêndios, raios, explosões e danos elétricos;

b) Em caso de eventual sinistro, a indenização será para reconstrução;

c) O Anexo M (Instituto do Fígado) é o único local tombado pelo patrimônio Histórico. Entretanto, este tombamento é apenas do muro do imóvel, não incluindo o imóvel em sua totalidade. Neste caso, a Seguradora deve responder unicamente pelos valores referentes à reconstrução da edificação, estando excluídas deste seguro as reclamações de indenização pelos custos ou despesas relativas à restauração das particularidades arquitetônicas, assim como pelos prejuízos decorrentes da depreciação artística do valor do tombo;

d) A Responsabilidade Civil – Dano Corporal – cobre danos materiais e corporais causados a terceiros (funcionários, prestadores de serviços, usuários), exclusivamente, pela existência, uso e conservação do imóvel segurado;

e) Não houve sinistralidade nos últimos 05 (cinco) anos para todos os locais;

f) A atividade desenvolvida nos imóveis é a Prestação de Serviços Médico-Hospitalares de Média e Alta Complexidade. Os Anexos A e B (Unidade Presidente Dutra e Unidade Materno Infantil) possuem almoxarifado/depósito para guarda de: materiais de expediente, materiais médico hospitalares, materiais permanentes, equipamentos, instrumentos cirúrgicos, órteses e próteses, materiais de manutenção e infraestrutura. Os Anexos A B e I (Arquivo Médico) possuem Arquivo Morto/Depósito de Documentos para o armazenamento dos prontuários dos pacientes;

g) O Limite Máximo de Indenização (LMI) deverá ser por local, representando 100% do valor de risco;

h) O Anexo I ([14389963](#)) deste Projeto Básico elenca os Sistemas Protecionais de Incêndio existentes em cada local de edificação a ser segurada.

5.2. Caso haja discordância entre as especificações destes serviços com do sistema Comprasnet, prevalecerá às especificações constantes neste Projeto Básico.

6. DOS SERVIÇOS

6.1. A licitante vencedora fica obrigada a emitir e entregar a apólice de seguro no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, cobrindo os bens contra prejuízos e despesas devidamente comprovados e decorrentes dos riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. 5.2);

6.2. O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses, podendo, entretanto, ter a sua vigência prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme atendimento as condições do RLCE / EBSERH.

6.3. Para o Lote 01 – Frota Oficial de Veículos do HUUFMA:

a) A licitante vencedora deverá oferecer assistência dia e noite, 24 (vinte e quatro) horas por dia, com socorro mecânico e guincho dentro e fora do Município de São Luís (MA);

b) A apólice de seguro de veículo fornecida pela licitante vencedora deverá cobrir os bens contra prejuízos e despesas devidamente comprovados e decorrentes dos riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo período de 01 (um) ano, e conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir:

BÔNUS ATUAL: 0 (zero);

FRANQUIA: Integral;

CASCO: Valor de mercado 100% (cem por cento) tabela FIPE;

DANOS MATERIAIS: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por veículo;

DANOS CORPORAIS: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por veículo;

CAPITAL SEGUADO POR PASSAGEIRO EM CASO DE MORTE: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

c) Os veículos deste HUUFMA utilizam garagem em tempo integral;

d) A franquia considerada neste Edital é a integral e não será objeto de classificação das propostas, as quais serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

e) A Seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina ou local adequado mais próximo do acidente, as indenizações e a prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme abaixo:

I – Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa de roubo ou furto;

II – Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;

III – Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento, abalroamento, ainda que com veículos do próprio HUUFMA;

IV – Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

V – Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre veículo;

VI – Acidente durante o transporte do veículo por apropriado;

VII – Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

VIII – Danos causados por granizo, furacão e terremotos;

IX – Responsabilidade civil (RCF – Danos Materiais e Pessoais);

X – Acidente pessoal (APP – Morte ou Invalidez);

XI – Assistência Dia e Noite, (24 horas por dia) com socorro mecânico e guincho dentro e fora do Município de São Luís (MA); XII – Não está inclusa cobertura para vidros, equipamentos opcionais, nem carro reserva.

f) O veículo Caminhão Baú (Placa JJU 1787), descrito no item 12 do LOTE 01, destina-se ao transporte do CONTENTOR DE COMPARTIMENTO SIMPLES, FECHADO, CONSTRUÍDO PARA TRANSPORTE DE CARGA GERAL, EQUIVALENTE A CARROCERIA DO TIPO BAÚ (NBR 9762/06), dos Consultórios Itinerantes descritos no Lote 03. Entretanto, apesar de serem itinerantes, 01 (um) consultório de Odontologia e 01 (um) consultório de Oftalmologia encontram-se estacionados e em funcionamento fixo no estacionamento do Serviço

de Litotripsia e Central de Coletas, anexo deste HUUFGMA, enquanto 01 (um) consultório de Oftalmologia encontra-se no município de Pinheiro-MA, funcionando de maneira fixa, após convênio fixado pela Universidade Federal do Maranhão.

6.4. Para o Lote 02 – Consultórios Itinerantes:

a) A apólice de seguro fornecida pela licitante vencedora deverá cobrir os bens contra prejuízos e despesas devidamente comprovados e decorrentes dos riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo período de 01 (um) ano;

b) A franquia considerada neste Projeto Básico é a integral, observado o seguinte:

I – A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

c) As disposições gerais e descrição das coberturas referente a Riscos Diversos (Unidades Móveis) estão descritas no ENCARTE A ([14390075](#)).

d) A especificação e valor das Unidades Móveis de Estoque estão descritas no quadro do ENCARTE C ([14671566](#)).

e) A especificação e valor das Unidades Móveis Oftalmológicas estão descritas no quadro do ENCARTE D ([14671675](#)).

f) A especificação e valor das Unidades Móveis Odontológicas estão descritas no quadro do ENCARTE E ([14671816](#)).

g) Acrescenta-se que, apesar de serem itinerantes, 01 (um) consultório de Odontologia e 01 (um) consultório de Oftalmologia encontram-se estacionados e em funcionamento fixo no estacionamento do Serviço de Litotripsia e Central de Coletas, anexo deste HUUFGMA, enquanto 01 (um) consultório de Oftalmologia encontra-se no município de Pinheiro-MA, funcionando de maneira fixa, após convênio fixado pela Universidade Federal do Maranhão.

6.5. Para o Lote 03 – Seguro Predial e de Equipamentos:

a) O seguro para as Edificações e Equipamentos da Instituição, especificadas no Lote 03 – Seguro Predial e de Equipamentos, deverá atender as condições nele expressas;

b) A cobertura do seguro compreenderá: incêndio, queda de raios, explosão danos elétricos e dano civil;

c) Informar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação do HUUFGMA, as providências adotadas por ocasião da ocorrência do sinistro.

7. PROPOSTA DE PREÇO

7.1. A proposta de preço deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada da especificação completa dos serviços a serem executados e conter, dentre outras informações, a razão social, CNPJ, endereço, telefone, especificação do objeto, valor, validade, dados bancários e assinatura do representante da empresa, fazendo constar ainda:

a) Valor total do prêmio;

b) Especificações da apólice.

7.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.4. O CNPJ da proponente, para efeito de emissão das notas fiscais e, posterior, pagamento da despesa, deverá ser o mesmo utilizado na proposta de preços.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Documentação complementar para habilitação técnica:

a) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado (s) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;

b) Comprovação da Autorização de Funcionamento junto a Superintendência de Seguros Privados do Brasil - SUSEP, atestando a regularidade da licitante em operar no mercado segurador brasileiro;

8.2. Da Visita Técnica ou Vistoria Prévia: É facultativa à licitante a realização de Visita Técnica ou Vistoria Prévia, mas a sua opção deverá ser declarada da seguinte forma:

a) EMPRESAS QUE OPTAREM EM EXERCER O DIREITO À VISITA TÉCNICA - As licitantes interessadas deverão se apresentar através de representante da empresa devidamente autorizado para realização da visita. A licitante será responsável pelo agendamento da visita junto a Unidade de Apoio Operacional do HUUFMA, através de solicitação via e-mail: jose.teixeira@huufma.br/diogo.maciell@huufma.br (ASSUNTO: Agendamento de visita pregão XXX /2021 – CORPO DO E-MAIL: Através deste a empresa _____, CNPJ _____ solicita agendamento de visita referente ao pregão HUUFMA N° XXX /2021, indicando o representante _____, documento de identificação nº _____. O agendamento da visita técnica será confirmado pelo mesmo e-mail. Qualquer dúvida e esclarecimento referente a visita poderá ser realizada através dos telefones: (098) 2019 1040/1064 no horário comercial. O prazo final para realização da visita será até 02 (dois) dias úteis antes do prazo indicado para a abertura dos lances. Após a visita, a Unidade de Apoio Operacional do Hospital Universitário da UFMA emitirá Declaração comprovando a realização da Visita Técnica pela licitante.

b) EMPRESAS QUE OPTAREM EM NÃO EXERCER O DIREITO À VISITA TÉCNICA - As licitantes que decidirem não exercer o direito à Visita Técnica deverão enviar à Unidade de Licitações/HUUFMA declaração original assinada em papel timbrado da empresa com o seguinte texto: “A empresa _____, CNPJ _____ declara que optou em não fazer a Visita Técnica referente ao pregão HUUFMA N° XXX /2021, assumindo o risco de uma avaliação menos acurada, não podendo, futuramente, opor-se contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar. “Local, data; Assinatura, N° Identificação e Cargo do Representante Legal. ”

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Emitir as apólices de seguro em até 20 (vinte) dias corridos, contados da data de sua convocação e recebimento da Nota de Empenho, em estrita observância a sua proposta, apólices estas que deverão cobrir os bens contra prejuízos e despesas devidamente comprovadas e decorrentes dos riscos cobertos, até o valor das importâncias seguradas;

9.2. Emitir e entregar ao Hospital Universitário do Maranhão, os manuais e demais documentos contendo informações relativas ao funcionamento do seguro, a descrição dos bens segurados, as coberturas, os valores contratados, a vigência da apólice e as condições gerais e particulares que identifiquem os riscos, assim como modificações que forem efetuadas através de endosso;

9.3. Indenizar o Hospital Universitário do Maranhão, em caso de sinistro, levando em consideração os valores segurados constantes na Cláusula Terceira deste Projeto Básico;

9.4. Observar para que as apólices emitidas guardem consonância a Circular 321/2016 e com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

9.5. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Hospital Universitário do Maranhão, em conformidade com Circular 256/2004 - SUSEP;

9.6. Permanecer como única e total responsável perante o Hospital Universitário do Maranhão, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da ocorrência de sinistros;

9.7. Atender às solicitações do Hospital Universitário do Maranhão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. O prazo referido no item anterior poderá se dilatado por acordo entre as partes, desde que não causem prejuízos ao HUUFMA, e mediante a comprovação da impossibilidade do cumprimento do prazo inicialmente estabelecido;

9.9. Informar o nome do representante legal da Seguradora, o qual ficará responsável por representar a licitante junto ao Hospital Universitário do Maranhão em caso de eventual sinistro;

9.10. Disponibilizar acesso livre e gratuito através de 0800 à Central de Relacionamento de alto nível em todo território nacional. Este canal de relacionamento com o cliente deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, onde será feito o registro de chamado. Além do sistema telefônico, o acionamento poderá ser feito através de correio eletrônico. Deverá ser fornecido este número e o endereço eletrônico;

9.11. Executar os serviços de acordo com as especificações e prazos estabelecidos, consoante a apólice emitida pela licitante e aceita pelo HUUFMA, não sendo admitidas quaisquer alterações sem o prévio conhecimento e aprovação deste Hospital Universitário.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO HUUFMA

10.1. Cumprir todas as normas e condições estabelecidas no presente edital;

10.2. Proporcionar todas as facilidades para que a licitante vencedora possa desempenhar seus serviços, dentro das normas constantes neste edital;

10.3. Permitir e facilitar a vistoria dos bens a serem segurados;

10.4. Proporcionar a qualquer tempo e com o máximo de presteza, todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias para a cobertura dos seguros, objeto desta licitação, dirimindo dúvidas e orientando a contratada em todos os

casos omissos;

10.5. Assegurar à licitante vencedora o pronto pagamento do prêmio do seguro;

10.6. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, comunicando à contratada as possíveis irregularidades detectadas na execução dos serviços e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas, podendo ainda sustar qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

10.7. Examinar o serviço prestado, através da Unidade de Apoio Operacional do HUUFMA, determinando a sua aprovação ou rejeição, precedida de parecer técnico devidamente fundamentado; 9.8) Efetuar o pagamento dos serviços na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades previstas.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O HU-UFMA/EBSERH efetuará o pagamento à licitante vencedora **em até 30 (trinta) dias**, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADA, depois de certificado o recebimento definitivo, com a verificação da qualidade e quantidade, e sua consequente aceitação, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, conforme cláusula segunda, inciso I, do Protocolo ICMS n.º 42/2009, editado pelo Conselho Nacional de política Fazendária (CONFAZ) da Receita Federal do Brasil (RFB), devidamente atestada devidamente atestada pelo setor requisitante dos materiais e Aceite de Material Médico-Hospitalar e pela Unidade de Almoarifado do HU-UFMA/EBSERH, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos;

11.2. Havendo erro na apresentação do documento fiscal que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, anexando os resultados ao processo de pagamento. Serão efetuadas as seguintes consultas:

11.4.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

11.4.2. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN);

11.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);

11.4.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

11.4.5. Certidão Negativa de Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

11.4.6. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.5. Constatando-se, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência ou situação de irregularidade, a Contratante notificará a Contratada para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

11.6. Na hipótese de obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, caso a autoridade competente não acate a justificativa apresentada em defesa, será realizada a compensação entre o crédito e o débito, nos termos do art. 368 do Código Civil, efetuando-se o pagamento do resultado, se houver.

11.7. Persistindo irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento do registro e preços da Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento do registro de preços, caso o contratado não regularize sua situação.

11.9. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima da Contratante, não será cancelado o registro da Contratada em situação de irregularidade.

11.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento sem retenção ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, ou informação em documento fiscal de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = TX / 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

12. FISCALIZAÇÃO

12.1. O HUUFGMA deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de representantes especialmente designados, na forma do art. 102 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

12.2. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

12.3. O HUUFGMA designará por meio de Portaria o(s) representante(s) que irá(ão) realizar a fiscalização dos serviços prestados, que irão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso.

12.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do HUUFGMA ou de seus agentes e prepostos.

12.5. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a rede Ebserh, nos termos do artigo 112 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- 13.1.1. não execute total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.1.3. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.4. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a rede Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 13.1.5. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- 13.1.6. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.7. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 13.1.8. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 13.1.9. não mantiver a proposta;
- 13.1.10. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.11. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

13.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, ao enquadramento como ME/EPP ou ao conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência - a ser aplicada pelo Contratante, por escrito, independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas, inclusive das recomendações ou determinações da fiscalização do HU-Ufma/Ebserh;

II – Multa, na seguinte forma:

a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na entrega ou execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, no caso de atraso na entrega do objeto ou execução dos serviços, por período superior ao previsto no item anterior, limitado a 15 (quinze) dias subsequentes. Após o trigésimo primeiro dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

c) De até 1,5% (um e meio por cento) do valor do contrato, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

d) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

e) No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” a “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7,5% (sete e meio por cento).

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo HU-Ufma/Ebserh ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual, nos termos do § 2º do artigo 82 da lei 13.303/16, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99.

§ 3º Poderá ser emitida GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.

13.4. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo Contratante e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente da multa.

13.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a Administração, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e demais cominações legais.

13.6. As penalidades que gerarem aplicação de multas, quando inferiores ou iguais ao valor de R\$ 10,00 (dez) reais, serão abonadas, conforme decisão da Superintendente do HU-Ufma/Ebserh.

13.7. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

a) - Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como a não manutenção das condições de habilitação e o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.9. Às licitantes será aplicada, quando necessário, a Norma Operacional Ebserh nº SEI nº. 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH, disponível no sítio <http://bityli.com/ICDdR>. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, voltado à aplicação de sanções administrativas às licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

15.1. Não haverá exigência da garantia da execução contratual

16. **SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

17. **REAJUSTE**

17.1. Os preços oferecidos serão irrealizáveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses, salvo hipóteses de readequação do equilíbrio econômico-financeiro, tomando-se como índice para tal reajuste, Índice de Preços do Seguro Automóvel (IPSA) como critério de reajuste para o denominado "GRUPO 01" e o índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) para os demais GRUPOS, a partir do primeiro dia subsequente ao do mês vencido.

18. **CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DO FORNECEDOR**

18.1. Condições de participação

18.1.1. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh a empresa:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

II - suspensão pela Ebserh

III - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

18.1.2. São vedadas transações com partes relacionadas que envolvam:

I-Celebração de contratos sem contrapartida para a sociedade;

II-Celebração de contratos com partes relacionadas que envolvam remuneração por cobrança de taxa de gestão ou que contenham cláusula de remuneração baseada em medida de desempenho econômico operacional;

III-Condições diversas às de mercado de forma a prejudicar os interesses da Empresa; e

IV-Participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Empresa ou que resultem da utilização de informações confidenciais obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na instituição.

18.2. Condições de habilitação:

18.2.1. Na habilitação deverá exigir a documentação apta a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - fiscal, social e trabalhista;

III - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

IV - capacidade econômica e financeira;

V - recolhimento de quantia a título de adiantamento, no caso de licitação cujo critério de julgamento for o de maior oferta.

§ 1º Quando o critério de julgamento utilizado for a maior oferta de preço, os requisitos de qualificação técnica e de capacidade econômica e financeira poderão ser dispensados.

§ 2º Na hipótese do § 1º, reverterá a favor da Ebserh o valor de quantia eventualmente exigida no instrumento convocatório a título de adiantamento, caso o licitante não efetue o restante do pagamento devido no prazo para tanto estipulado.

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta dos recursos provenientes do Orçamento Geral da União, a cargo do HU-UFMA/EBSERH cujo elemento de despesa específico deverão constar nas respectivas notas de empenho e expressamente indicados no presente processo pela Divisão de Administração Financeira, estimada no valor de R\$...

20. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

20.1. Os materiais a serem fornecidos deverão ser produzidos, armazenados e transportados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.

20.2. Os licitantes deverão apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, na forma do modelo constante do EDITAL deste Projeto Básico, após a abertura da sessão e conforme instruções dadas pelo pregoeiro. (Modelo da Declaração em anexo - [18041079](#))

21. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

21.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

21.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

21.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

21.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

21.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

21.7. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

21.8. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

21.9. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

21.10. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

21.11. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

21.12. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
- d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;
- e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
- f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;
- g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

21.13. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

21.14. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

21.15. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção,

eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

21.16. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

21.17. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

- a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;
- b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

21.18. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

21.19. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

21.20. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.21. É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

21.22. Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

22. RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

22.1. O presente Projeto Básico foi elaborado pela Unidade de Serviços Gerais do Hospital Universitário do Maranhão – Filial Ebserh, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência dessa Administração.

23. ANEXOS

23.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

23.2. ANEXO I - SISTEMAS PROTECIONAIS DE INCÊNDIO EXISTENTES EM CADA LOCAL DE RISCO ([14389963](#))

23.3. ANEXO II – ENCARTE A ([14390075](#))

23.4. ANEXO III – ENCARTE B ([14390167](#))

23.5. ANEXO IV – ENCARTE C ([14671566](#))

23.6. ANEXO V – ENCARTE D ([14671675](#))

23.7. ANEXO VI – ENCARTE E ([14671816](#))

23.8. ANEXO VII- Declaração de Sustentabilidade ([18041079](#))



Documento assinado eletronicamente por **Aderval Jose Aguiar Da Silva, Assistente Administrativo**, em 22/03/2022, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **José de Ribamar Veras Teixeira, Chefe de Unidade**, em 22/03/2022, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Beckman Brandao, Assistente Administrativo**, em 22/03/2022, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Santos Neto, Gerente**, em 22/03/2022, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geyzanne Lanny Santos de Lima, Chefe de Unidade**, em 23/03/2022, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Germana Modesto Cardoso de Oliveira, Chefe de Unidade**, em 23/03/2022, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20361164** e o código CRC **2FE2FBFF**.

Referência: Processo nº 23523.024597/2021-17 SEI nº 20361164

Criado por [aderval.silva](#), versão 2 por [aderval.silva](#) em 22/03/2022 15:18:44.